

Política de salvaguarda de ativos

1.- INTRODUÇÃO E OBJETIVO

A legislação em vigor relativa ao mercado de valores, exige das entidades que prestam serviços de investimento o estabelecimento de medidas oportunas, de forma a salvaguardar os direitos de propriedade dos clientes no que concerne aos instrumentos financeiros (sobretudo no caso de insolvência da entidade), bem como o impedimento da utilização por conta própria dos instrumentos dos clientes, exceto nos casos em que os clientes manifestaram o seu consentimento expresso.

Neste sentido, o ABANCA Corporação Bancária, S.A., sucursal em Portugal (a partir de agora, o "Banco") estabeleceu os procedimentos e as medidas internas adequadas com o objetivo de garantir a proteção dos ativos dos clientes em conformidade com a referida normativa relativamente à prestação de serviços de depósito e à administração de títulos por conta de clientes, segregando os ativos depositados pelos clientes dos do próprio Banco ou dos depositados por outros dos seus clientes.

A mencionada salvaguarda traduz-se na total proteção dos ativos depositados no Banco por parte dos clientes.

Para efeitos da presente Política de Salvaguarda de Ativos (a partir de agora, a "Política"), são considerados ativos dos clientes os instrumentos financeiros, tal e como é definido no Código dos Valores Mobiliários.

2.- PRINCÍPIOS GERAIS DE PROTEÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS: DISTINÇÃO ENTRE ATIVOS PRÓPRIOS E ATIVOS DE CLIENTES

O Banco tem encomendada a subcustódia dos títulos negociados em Bolsas nacionais e estrangeiras dos seus clientes à CECABANK, S.A. (a partir de agora, CECABANK), a qual estabeleceu um sistema informático e uma estrutura de contas de títulos, que permite diferenciar os instrumentos financeiros por conta própria dos instrumentos financeiros de clientes e, dentro destes, a identificação dos ativos propriedade de cada um deles.

Os títulos físicos depositados por clientes encontram-se custodiados nas câmaras do próprio Banco.

Adicionalmente aos mecanismos existentes no CECABANK, as aplicações informáticas do Banco, permitem conservar os registos e as contas de clientes e levar a cabo a identificação das posições dos vários clientes através de contas diferenciadas, únicas e individuais, relativamente aos depósitos dos titulares de contratos de administração de valores, permitindo conhecer em cada momento a propriedade de cada um dos referidos depósitos.

Deste modo, conseguem manter os registos e as contas organizadas e diferenciar as posições individuais de cada cliente além das posições da própria entidade, garantindo a exatidão e a correspondência dos registos de instrumentos depositados nas contas dos clientes.

O Banco disponibilizará aos clientes os instrumentos financeiros ou o dinheiro devidos por qualquer operação relativa a instrumentos financeiros, incluída a cobrança de juros, de dividendos e de outras receitas no mesmo dia em que os instrumentos financeiros, ou valores em questão, estiverem disponíveis na conta do Banco ou então até ao seguinte dia útil, se as regras do sistema de liquidação das operações não permitirem a disponibilidade no próprio dia.

3.- ASPETOS A CONSIDERAR NOS SUPOSTOS DE SUBDEPÓSITO.

Conforme é mencionado no Código dos Valores Mobiliários, é permitido às empresas de investimento e aos bancos depositar instrumentos financeiros cuja posse detenham em nome dos seus clientes, em contas abertas com um terceiro, sob a condição das empresas agirem com a devida competência, atenção e diligência na seleção, designação e revisão periódica do terceiro e dos acordos que regulem a posse e custódia dos instrumentos financeiros.

O Banco tem subcontratado o serviço de depósito e de administração de títulos por conta dos seus clientes no CECABANK. Este serviço encontra-se formalizado através do contrato que recolhe amplamente as obrigações das partes de modo a garantir a salvaguarda e a correta administração dos títulos confiados no depósito por parte dos clientes do Banco.

Em caso algum, a entidade responsável pela subcustódia poderá dispor dos títulos entregues, sendo o seu único objeto a correta administração do depósito, salvo instrução expressa.

Além disto, foi formalizado um acordo relativamente ao nível de serviço (SLA - Service Level Agreement) de forma a garantir a qualidade e a continuidade dos serviços prestados.

Para efeitos de seleção, designação e revisão da subcustódia, o Banco tem em conta vários fatores de análise:

- Experiência e prestígio do subdepositário.
- Volumes maiores de títulos custodiados.
- Eficiência.
- Sistemas tecnológicos ótimos.
- Sede em países com regulamentação e com supervisão específica em matéria de posse e custódia de instrumentos financeiros.

Como resultado da revisão dos fatores anteriormente enumerados foi selecionada o CECABANK para levar a cabo a subcustódia dos títulos de clientes do Banco. A referida entidade é depositária de um número elevado de entidades e goza de um reconhecido prestígio e comprovada experiência no mencionado âmbito de atuação, realizando eficazmente a sua atividade devido a:

- Encarregar-se da custódia de títulos através de anotações em conta.
- Participar em sistemas de liquidação de títulos internacionais através de custódias globais.
- Dispor de uma infraestrutura tecnológica desenvolvida e de um suporte humano experiente que lhe permite oferecer uma vasta gama de serviços de externalização além de ter a capacidade suficiente para se adaptar aos novos requisitos operacionais exigidos pelos supervisores ou pelo depositário central.
- Contar com o sistema de comunicações telemáticas SIAMI, que permite uma troca operacional de operações em tempo real.
- Garantir a exatidão dos registos internos relativos a instrumentos financeiros propriedade dos clientes, realizando processos de conciliação recorrentes.
- Fazer parte de organismos e de fóruns de decisão, tanto nacionais como internacionais, relacionados com a atividade de subdepositária para a custódia de títulos.

Adicionalmente, embora não sendo o depositante final, o Banco adota as precauções máximas de forma a garantir a salvaguarda dos referidos instrumentos financeiros da mesma forma que o faria caso fosse o depositante final.

O Banco não depositará instrumentos financeiros de clientes nas mãos de terceiros num terceiro país que não regule a posse e a custódia de instrumentos financeiros por parte de outra pessoa, a menos que a natureza do instrumento financeiro ou do serviço de investimento relacionado exija que sejam depositados junto de terceiros nesse país terceiro. No caso de instrumentos financeiros que sejam mantidos por clientes classificados como profissionais, o Banco poderá depositar os referidos instrumentos em terceiros num país terceiro que não regule a posse e custódia de instrumentos financeiros por conta de outra pessoa, desde que esse cliente tenha solicitado por escrito ao Banco que os deposite no referido terceiro nesse terceiro país.

De igual modo, não é possível estabelecer direitos de garantia real, de direito de penhora ou de compensação relativamente aos instrumentos financeiros do cliente que permitam a um terceiro recuperar as dívidas que não são do cliente ou a prestação de serviços ao cliente, a menos que assim o exija a jurisdição de um país terceiro onde se mantenham os referidos instrumentos. No caso do estabelecimento dos mencionados direitos, o banco informará os seus clientes sobre esta circunstância e advertirá sobre os riscos associados. Dita circunstância deve ser registrada tanto nos contratos assinados com os clientes como nas próprias contas do Banco, a fim de esclarecer o estado de propriedade dos ativos dos clientes, particularmente no caso de insolvência.

O Banco utiliza como subdepositários em terceiros países os utilizados pelo CECABANK, ou seja, a Euroclear e o Citibank, entidades de reconhecido prestígio no sector.

4.- CONCILIAÇÃO DE CONTAS

O Banco conta com mecanismos que garantem a exatidão dos registos internos dos instrumentos financeiros depositados pelos clientes e sub-depositados em entidades terceiras (CECABANK), por meio de uma conciliação regular dos seus registos com os da entidade sub-depositária em cujo poder constam os ativos dos clientes. A referida conciliação é realizada mensalmente, sendo possível fazê-lo com menor periodicidade, se for o caso.

As referidas conciliações são realizadas pela área de Custody do Banco, informando sobre qualquer incidência identificada para a sua rápida regularização. Caso persistisse qualquer incidência identificada por um período superior a um mês, o Banco deve informar a CMVM.

Além dos processos de conciliação realizados pela área de Custody, a área de Audit leva a cabo revisões sobre os procedimentos de controlo dos títulos depositados de acordo com o seu plano de auditoria.

A auditoria externa anual inclui, entre os seus pontos de revisão, ditos processos de conciliação, solicitando aos subcustodiantes e ao Depositário Central informação sobre os registos que o Banco mantém em cada uma das contas.

5.- UTILIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DOS CLIENTES

Em conformidade com as disposições da legislação aplicável, o Banco não utilizará os instrumentos financeiros pertencentes ao património dos clientes para qualquer outro fim que não seja a sua gestão e custódia.

Em consequência deste requisito, os movimentos dos instrumentos financeiros baseiam-se unicamente nas instruções dadas pelos clientes.

Desta forma, não é permitida a utilização dos instrumentos financeiros dos clientes para empréstimos a terceiros nem para operações de financiamento da atividade por conta própria.

Se no futuro se propusesse esta atividade e se decidisse prestar a terceiros os instrumentos financeiros dos clientes ("Empréstimo de Valores"), seriam tidos em conta os seguintes preceitos:

- Estabelecimento de acordos com terceiros.
- Necessidade de obter consentimento expreso por parte do cliente, com carácter prévio, relativamente ao uso dos referidos instrumentos. No caso de um investidor não profissional, a referida autorização é confirmada através da sua assinatura ou através de um mecanismo alternativo equivalente.
- Obrigatoriedade de cingir-se às condições especificadas e aprovadas pelo cliente ao fazer uso dos instrumentos do cliente.

Adicionalmente, em caso de ser permitido prestar a terceiros os instrumentos financeiros dos clientes, o Banco tem de ter a certeza de que o prestatário dos instrumentos financeiros dos clientes proporciona as garantias adequadas, e que levará a cabo um acompanhamento da idoneidade de tal garantia de forma a ser mantido o equilíbrio entre esta e o valor dos instrumentos financeiros do cliente.

Em consequência da operativa em mercados estrangeiros, a aquisição ou alienação de instrumentos nesses mercados poderá ser registada nas contas globais de valores negociáveis («contas ómnibus»), exigindo prévio consentimento expreso individual por parte dos clientes, cujos instrumentos serão depositados numa conta global.

Contudo, as referidas contas devem permitir individualizar e distinguir as posições dos clientes a qualquer momento, garantindo a proteção dos instrumentos financeiros dos seus clientes.

5.1. Controlos que garantem a não utilização dos instrumentos financeiros.

O cumprimento desta Política é levado a cabo através dos seguintes meios:

- As áreas operacionais de gestão de carteira própria e intermediação de carteira alheia são áreas separadas que contam com as correspondentes barreiras de informação, em conformidade com o disposto no Código dos Valores Mobiliários. A área de Custody está fisicamente separado do Departamento de Tesouraria, dispondo de sistemas operacionais diferenciados e de suporte humano específico para cada atividade.
- Manutenção de um registo de ordens e de operações, que inclui os dados das instruções comunicadas pelos clientes.
- Conciliação de saldos de carteira por conta própria e da carteira de clientes, em conformidade com o estabelecido no ponto 4. desta política.
- Envio de confirmações para clientes por cada movimento realizado na sua conta de títulos, onde se detalham os dados concretos de cada operação bem como a sua posição global.

6.- RISCO DE PERDA OU DE DIMINUIÇÃO DO VALOR DOS ATIVOS DOS CLIENTES

As medidas organizativas adotadas para minimizar o risco de perda ou de diminuição do valor dos ativos dos clientes, ou dos direitos relacionados com estes, em consequência de uma incorreta utilização dos ativos, fraude, administração deficiente, manutenção inadequada dos registos ou negligência, de acordo com as obrigações legais estabelecidas, bem como os riscos, controlos e periodicidade dos mesmos encontram-se recolhidos e discriminados em:

- Manual de Procedimentos de Custódia e Administração de Instrumentos Financeiros (segurança e acesso à informação).
- Medidas de segurança para ficheiros e tratamentos automatizados.
- Controlos de apoio (cópias de segurança e recuperação de dados).
- Plano de Continuidade de Negócio.

7. ACORDOS DE GARANTIA FINANCEIRA COM MUDANÇA DE TITULARIDADE

O Banco não irá celebrar acordos de garantia financeira com mudança de titularidade (a partir de agora, "TTCA", siglas em inglês) com clientes não profissionais com o fim de garantir ou de cobrir obrigações atuais ou futuras, reais, contingentes ou possíveis dos seus clientes.

Para estes efeitos, a Diretiva sobre acordos de garantia financeira define os TTCA como um acordo, incluídos os pactos de recompra, em virtude do qual um garante transfere a plena propriedade de uma garantia financeira (podendo esta tratar-se tanto de numerário como de instrumentos financeiros) para um beneficiário com o fim de garantir ou de dar outro tipo de cobertura às obrigações financeiras principais. De igual modo, algumas operações de financiamento de títulos podem exigir a transferência de titularidade dos ativos dos clientes razão pela qual, no caso de tratar-se de um TTCA, não podem ser levados a cabo com clientes não profissionais.

No que concerne a clientes classificados como profissionais e contrapartes elegíveis, o Banco pode celebrar acordos deste tipo desde que sejam capazes de demonstrar que o referido acordo é apropriado no contexto da relação entre a obrigação do cliente com o Banco e os ativos do cliente sujeitos a tais acordos. Com o objetivo de levar a cabo uma avaliação da idoneidade deste tipo de acordos, o Banco deve ter em conta todos e cada um dos seguintes fatores:

- a existência de uma relação muito frágil entre a obrigação do cliente com o Banco e o uso de tais acordos, sendo a probabilidade de responsabilidade do cliente perante o Banco escassa ou insignificante;
- se o montante dos fundos ou dos instrumentos financeiros sujeitos ao TTCA ultrapassar em muito a obrigação do cliente, ou for de carácter ilimitado para qualquer tipo de obrigação que o cliente tiver com o Banco;
- se todos os fundos e instrumentos financeiros do cliente se submeterem ao TTCA, sem ter em consideração a obrigação do cliente com o Banco.

O Banco deve documentar esta avaliação antes da conclusão do acordo e, como mínimo, anualmente.

Na suposição de se celebrarem este tipo de acordos com clientes profissionais ou contrapartes elegíveis, o Banco deverá sublinhar, previamente e por escrito, os riscos associados e o efeito que um TTCA pode significar no que diz respeito aos instrumentos financeiros e ativos do cliente.

8.- COMUNICAÇÃO A CLIENTES RELATIVAMENTE A ASPETOS RELEVANTES EM MATÉRIA DE SALVAGUARDA

O Banco proporciona informação aos seus clientes no que concerne aos aspetos mais relevantes em matéria de salvaguarda através de várias vias:

- Entrega da Informação pré-contratual facilitada aos clientes, exigida pela normativa, com carácter prévio à contratação de qualquer produto ou serviço de investimento ou auxiliar.
- Nas Condições Gerais, onde se menciona a possibilidade do Banco utilizar subcustódias, incluindo a existência e as condições de garantia, além do direito de compensação do Banco relativamente aos instrumentos financeiros dos clientes, colocando a possibilidade da conta corrente ficar a descoberto

- A política de salvaguarda encontra-se à disposição dos clientes que pretendam solicitá-la a qualquer momento através de qualquer um dos meios gerais disponíveis no Banco.
- Envio para cada cliente que detenha instrumentos financeiros ou fundos, num suporte duradouro, um estado desses instrumentos financeiros ou fundos, no mínimo trimestralmente, ou com maior frequência, a pedido do cliente incluindo toda a informação exigida pela legislação vigente.

5

11.- REVISÃO E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE SALVAGUARDA.

11.1. *Revisão do design da política*

A área e Custody irá rever anualmente a Política de Salvaguarda para levar a cabo, se fosse necessário, alguma modificação na mesma, salvo se ocorrer alguma situação que afete de forma substancial a mesma e exija a realização de alguma revisão adicional da Política. O departamento de Compliance avaliará a revisão realizada.

11.2. *Cumprimento da Política*

A avaliação do cumprimento da política realizar-se-á em vários momentos:

- Controlos periódicos por parte do departamento de Compliance.
- Auditorias Internas em função do calendário estabelecido no plano de auditoria, cujas conclusões são comunicadas ao departamento de Compliance e que irá introduzi-las no seu relatório anual.
- Revisão anual por parte da Auditoria Externa.

11.3. *Aprovação da Política*

A presente Política e as suas sucessivas modificações, no suposto de afetarem os elementos essenciais da mesma, devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração da ABANCA, que entra em vigor a partir do momento da referida aprovação.